CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1324/89

INTERESSADA EEPSEG "Oswaldo Martins", de Oswaldo Cruz

ASSUNTO convalidação de matrículas de alunos do Curso de Suplência de 2° Grau, sem idade legal: Silvana Caetano Couto Leite, Maurício Aparecido Leite e Marly Santiago dos Santos

RELATOR Conselheiro Nacim Walter Chieco

PARECER CEE N° 1275/89 APROVADO EM 13/12/1989

Conselho Pleno

1. Histórico

O Diretor da EEPSEG "Oswaldo Martins", de Oswaldo Cruz-SP, jurisdicionada à Delegacia de Ensino de Oswaldo Cruz, em Ofício n° 81 de 03 de outubro de 1989, solicita a este Colegiado a convalidação de matrículas efetuadas em Curso de Suplência de 2° Grau, de alunos com idade inferior à exigida pelas normas em vigor. Informa que, por um lapso, no início de 1989, foram efetuadas matrículas de dois alunos - Silvana Caetano Couto Leite, RG 22.018.744, nascida aos 19 de maio de 1969 e Maurício Aparecido Leite, RG 22.018.743, nascido aos 10 de julho de 1969 - no 2° termo no Curso de Suplência de 2° Grau, oriundos da EEPSEG "Benjamin Constant", da mesma localidade, onde haviam cursado a 1ª série do ensino de 2° grau regular. No início de 1988, foi acolhida matrícula de Marly Santiago dos Santos RG 24.404.239-1, nascida aos 05 de março de 1969, no 1° termo do Curso de Suplência de 2° grau, sendo que esta aluna concluíra o Curso de Suplência II na EEPSEG "São Benedito", na mesma cidade.

Alega a citada autoridade escolar que tais matrículas poderiam ser consideradas legais "pelo fato de se caracterizar uma continuidade de estudo, durante um semestre no qual os alunos, embora com idade inferior ao limite estabelecido pela legislação em vigor, completariam a idade mínima exigida para a matrícula na Suplência de 2° Grau".

O pedido encontra-se instruído com dados informativos, históricos escolares e certidões de registro civil dos referidos alunos.

Um Supervisor de Ensino da DE de Osvaldo Cruz analisou os casos e constatou o não-atendimento ao artigo 2º da Deliberação CEE nº 22/86 quanto aos alunos Silvana Caetano Couto Leite e Maurício Aparecido Leite. A aluna Marly Santiago dos Santos foi matriculada em 17 de março de 1989 no 1º termo do Curso de Suplência de 2º Grau, no ano letivo iniciado em 08 de fevereiro de 1988; matrícula esta efetuada, portanto, 37 dias após o início das aulas. A conclusão do parecer do Supervisor é favorável a regularização da vida escolar dos alunos.

O Delegado de Ensino de Osvaldo Cruz acolhe o parecer do Supervisor de Ensino sobre os casos em pauta.

2. Apreciação

Tratam os autos de regularização da vida escolar dos seguintes alunos matriculados no Curso de Suplência do 2º grau mantido pela EEPSEG "Osvaldo Martins", de Osvaldo Cruz, com idade inferior a exigida pelas normas em vigor:

. Silvana Caetano Couto Leite, RG 22.018.744, nascida aos 19 de maio de 1969, matriculada no 2º termo em 13 de fevereiro de 1989 com 19 anos 8 meses e 25 dias, quando deveria ter pelo menos 20 anos nessa data;

. Maurício Aparecido Leite, RG 22.018.743, nascido aos 10 de julho de 1969, matriculado no 2º termo, em 13 de fevereiro de 1989 com 19 anos 7 meses e 3 dias, quando deveria ter pelo menos 20 anos nessa data;

. Marly Santiago dos Santos, RG 24.404.239-1, nascida aos 05 de março de 1969, matriculada no 1º termo, por transferência, em 17 de março de 1988, em período letivo iniciado em 08 de fevereiro de 1988, ocasião em que a aluna contava com 18 anos 11 meses e 16 dias e deveria ter pelo menos 19 anos.

O Diretor da EEPSEG "Osvaldo Martins" alega lapso nas matrículas efetuadas em desacordo com as normas vigentes e defende a legalidade das mesmas "pelo fato de se caracterizar uma continuidade de estudos, durante um semestre no qual, os alunos, embora com idade inferior ao limite estabele-

cido pela legislação em vigor, completariam (sic!) a idade mínima exigida para matrícula na Suplência de 2º grau" (referente aos dois primeiros casos). Alegação totalmente improcedente. A Deliberação CEE nº 23/83, em seu artigo 9º, § 2º, não deixa qualquer dúvida a respeito:

"§ 2º - O candidato à matrícula no Curso de Suplência, em nível de 2º grau, deverá:

I - para ingresso no 1º termo:

a) ter a idade de 19 anos completos ou a completar até o início das aulas do período;

II - para ingresso nos termos subsequentes:

a) ter a idade mínima mencionada na alínea "a" do inciso I, acrescida de 12 meses para o ingresso no 2º termo e de 6 meses para a matrícula no 3º termo".

A fixação dos limites mínimos de idade é clara e precisa, não havendo qualquer preceito que permita prorrogação ou exceção a esses limites.

A supervisão de ensino local constata a falha e emite parecer favorável à regularização das matrículas referidas; alega, também, "inúmeros acontecimentos" e "apenas 04 (quatro) supervisores para atendimento a todas as situações específicas de uma Delegacia" (de Osvaldo Cruz). O Delegado de Ensino acolhe o parecer do Supervisor.

Inúmeros casos como estes têm vindo a este Conselho, buscando regularização para fatos consumados resultantes de falha administrativa.

É bom lembrar que o ensino supletivo, na modalidade suplência, tem por finalidade "suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria" (Lei nº 5692/71, artigo 24, alínea a). A estrutura, a duração e o regime escolar dos cursos supletivos devem ajustar-se a essa finalidade (idem, artigo 24, § 1º). Será, portanto, um remédio que não deve ser desvirtuado a ponto de tornar-se um atalho supostamente fácil e cômodo, substituindo sistematicamente a via normal; é obvio que não se pretende induzir e estimular o retardamento e, até mesmo, a evasão no ensino regular, vislumbrando-se a possibilidade do supletivo; daí a razão dos limites de idade mínima claramente estabelecidos para o ingresso nos cursos de suplência. Trata-se de uma ampliação das oportunidades educacionais a ser adequadamente utilizada pelas instituições de ensino e seus usuários.

Situações concretas, como a presente, devem ser encaradas como fato excepcional. Resultam do descuido da administração e da supervisão escolares. O bom rendimento escolar do aluno, a fase final do curso já alcançada, a própria proximidade do limite mínimo legal da idade à época do início do curso e, por fim, o fato consumado podem ser consideradas justificativas simplesmente relativas utilizadas em cada caso. O importante é que o fato excepcional não se transforme em procedimento habitual.

Em situações análogas, este Conselho tem, excepcionalmente, se posicionado favoravelmente pela regularização da vida escolar dos interessados, convalidando-lhes os atos escolares praticados.

3. Conclusão

Convalidam-se, em caráter excepcional, as matrículas dos seguintes alunos efetuadas no Curso de Suplência de 2º Grau na EEPSG "Osvaldo Martins", de Osvaldo Cruz, e os atos escolares subsequentemente praticados:

- . Silvana Caetano Couto Leite, RG 22.018.744;
- . Maurício Aparecido Leite, RG 22.018.743;
- . Marly Santiago dos Santos, RG 24.404.239-1.

São Paulo, Câmara do Ensino do 2º Grau, aos 21 de novembro de 1989.

a) Conselheiro Nacim Walter Chieco
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 13 de dezembro de 1989.

a) Cons^a Raphaela Carrozzo Scardua

Presidente em exercício nos termos do § 3º do art. 13 do Regimento do CEE aprovado pelo Decreto Estadual 52811, de 6.10.71.